

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO
RIO GRANDE DO NORTE

A IMPORTÂNCIA DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO CONTEXTO
ATUAL DO MERCADO FINANCEIRO

Leylla Carina Fernandes Dantas

NATAL/RN
NOVEMBRO/2005

18 / 04 / 06

M
M336.76
D2131
2005

LEYLLA CARINA FERNANDES DANTAS

A IMPORTÂNCIA DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO CONTEXTO ATUAL DO
**A IMPORTÂNCIA DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO CONTEXTO ATUAL DO
MERCADO FINANCEIRO**

Monografia apresentada ao Curso de MBA Finance com ênfase em Controladoria,
da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, aprovada
em ____ de ____ de 2005, pela banca examinadora composta
pelos seguintes membros:

Monografia apresentada ao curso de MBA
Finance ênfase em Controladoria, da
Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte,
como requisito obrigatório para a
obtenção do título de Especialista em
Finance com ênfase em Controladoria.

Renata Paes, M.Sc.
Orientadora

Orientadora: Renata Paes. M.Sc

Membro Examinador

NATAL/RN
NOVEMBRO/2005

LEYLLA CARINA FERNANDES DANTAS

**A IMPORTÂNCIA DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO CONTEXTO ATUAL DO
MERCADO FINANCEIRO**

Monografia apresentada ao Curso de MBA Finance com ênfase em Controladoria,
da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, aprovada
em ____ de _____ de 2005, pela banca examinadora composta
pelos seguintes membros:

Renata Paes, Msc.
Orientadora

Membro Examinador

A IMPORTÂNCIA DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO CONTEXTO ATUAL DO MERCADO FINANCEIRO

A Deus, por sempre me ajudar a vencer os
desafios da minha vida.

"Tudo posso naquele que me fortalece"
(Filipenses Cap. 3-13)

AGRADECIMENTOS

A Dr Emerson e D. Auxiliadora, diretores da Sociedade Educacional Mater Christi, por acreditarem no meu trabalho e proporcionarem a minha qualificação profissional.

A Júnior, meu noivo pelo incentivo que sempre me deu nesse período.

A toda minha família em especial a minha mãe, pelas orações e paciência que sempre me dedica.

As minhas amigas Vênia e Kalline, que me ajudaram e estiveram sempre me apoiando.

A minha turma, pelo prazer de conhecê-las, em especial a Elizabeth, Kátia, Cassel e Verônica que foram indispensáveis nesse curso.

A Deus, por sempre me ajudar a vencer os desafios da minha vida.

"Tudo posso naquele que me fortalece"
(Filipenses Cap 3-13)

RESUMO

AGRADECIMENTOS

A Dr Emerson e D. Auxiliadora, diretores da Sociedade Educacional Mater Christi, por acreditarem no meu trabalho e proporcionarem a minha qualificação profissional.

A Júnior, meu noivo pelo incentivo que sempre me deu nesse período.
A toda minha família em especial a minha mãe, pelas orações e paciência que sempre me dedica.

As minhas amigas Vilena e Kaline, que me ajudaram e estiveram sempre me apoiando.

A minha turma, pelo prazer de conhecê-los, em especial a Elizabeth, Kátia, Daniel e Verônica que foram indispensáveis nesse curso.

RESUMO

O sistema financeiro vem exercendo uma grande importância na economia e no segmento empresarial do país, pois se constitui como um conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros que visam a realização de transferências de recursos dos agentes econômicos superavitários para os deficitários, isto explica a crescente necessidade de se conhecer o sistema financeiro e a complexidade que suas operações vem apresentando. A participação crescente de capitais é parte determinante em todo processo de desenvolvimento de uma economia, e esses capitais são identificados a partir da poupança disponível em poder dos agentes econômicos que, por sua vez, são direcionados para os setores produtivos carentes, por meio de intermediários e instrumentos financeiros. O sistema financeiro possui uma função econômica e social que pode ser percebida através desse processo de distribuição de recursos no mercado. E é este mercado chamado "mercado financeiro" que faz a ligação entre as pessoas e/ou empresas que detém o poder aquisitivo e as pessoas e/ou empresas que necessitam de dinheiro, mas para que esta transição ocorra é preciso um intermediário, que no nosso país é representado pelos bancos e estes por sua vez cobram uma taxa para realizar a transação de levar dinheiro de quem tem para quem não tem, ou seja, os juros.

Palavras Chaves: Mercado Financeiro; Aplicações

ABSTRACT

The financial system exercising the great importance in the economy and in the managerial segment of the country, because it constituted the group of financial institutions and financial instruments that seek the accomplishment of transfers of the agents' economical superavitários resources goes the deficient ones, this explains to growing need of knowing the financial system and the complexity that your operations it plows presenting. The growing participation of capitals i decisive part in every process of development of an economy, and those capitals plows identified starting from the available saving in being able to of the economical agents that, it goes your team, they it plows addressed it goes the lacking productive sections, through middlemen and financial instruments. The financial system possesses an economical and social function that can be noticed through of that process of distribution of resources in the market. And it this called market "finance market" that donate the connection among the people e/ou companies that it stops the purchasing power and the people e/ou companies that need money, but goes this transition to happen it necessary the middleman, that in our country i represented by the banks and these goes your team collect the rate to accomplish the transaction of taking money of who you have it goes who doesn't have, in other words, the interests.

Master Word: Market; Aplicatons

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	13
1.1 CONTEXTO HISTÓRICO.....	13
1.2 ESTRUTURA ATUAL DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	16
1.2.1 SUBSISTEMA NORMATIVO.....	19
1.2.2 SUBSISTEMA DE INTERMEDIÇÃO OU OPERATIVO.....	23
CAPÍTULO 2 – MERCADO FINANCEIRO.....	26
2.1 ESTRUTURA DO MERCADO FINANCEIRO.....	26
2.2 TAXAS DO MERCADO FINANCEIRO.....	28
2.3 O RISCO DO SISTEMA FINANCEIRO.....	29
2.4 TIPOS DE APLICAÇÃO DE MERCADO FINANCEIRO.....	31
2.4.1 TÍTULOS DE RENDA FIXA	31
2.4.2 TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL	35
2.5 A CRIAÇÃO DA CONTA INVESTIMENTO.....	38
CAPÍTULO 3 – PERFIL DA EMPRESA.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS	45

INTRODUÇÃO

O contemporâneo ambiente da economia mundial vem assistindo a uma crescente importância que o estudo de mercado financeiro e de capitais vem assumindo ultimamente, fazendo com que seja necessário passar pela dinâmica dos mercados financeiros, avaliando as diversas estratégias e decisões de investimentos, financiamentos e gestão de risco para se alcançar o sucesso empresarial.

Mediante isto, o objetivo deste trabalho é oferecer uma visão ampla e moderna dos mercados financeiros e de capitais, abordando o funcionamento de suas instituições e operações financeiras, estudar as aplicações financeiras descrevendo, os tipos de aplicações, para que dessa maneira possamos verificar o perfil da empresa e que aplicações a mesma utilizará e aplicará para a obtenção de bons resultados.

No Primeiro capítulo, faremos um estudo sobre o Sistema Financeiro Nacional, mostrando as principais fases da evolução do mesmo, que tem seu marco inicial no fim do período colonial até os dias atuais.

A estrutura atual do sistema financeiro que é resultado das leis promulgadas no período da reforma institucional, mostraremos de forma esquemática para melhor compreensão.

Os principais órgãos regulamentadores do sistema financeiro nacional, conceituando e explicando suas funções dentro do mercado financeiro. Utilizamos para embasamento teórico, Assaf, Rosset, por apresentarem conceitos e esquemas de forma bastante clara e objetiva.

No segundo capítulo, abordaremos a estrutura do mercado financeiro, onde Assaf diz que: O mercado financeiro cumpre sua finalidade quando permite eficiente interação entre poupadores e tomadores de recurso, promovendo investimentos e crescimento da economia.

Mostraremos, a subdivisão do mercado, que está dividido em quatro grandes segmentos, o mercado monetário, mercado de crédito, mercado de capitais e mercado cambial, conceituando um a um e exemplificando-os.

Para se entender melhor o mercado financeiro, vimos que também precisamos estar atentos aos indicadores do mercado financeiro, pesquisamos e através de Assaf, definimos as taxas que são indicadores tais como: taxa linear, taxa equivalente, prazos envolvidos nos juros e taxa efetiva, taxa por dia útil (taxa over), taxa de desconto, taxa preferencial de juros, taxa real, taxa de inflação e desvalorização da moeda. Veremos os tipos de aplicações no mercado financeiro, suas mudanças constantes, as formas de investimentos, os ativos de renda fixa e de renda variável.

O capítulo III, mostrará os tipos de investidores, a diversificação dos investimentos no mercado atual.

Resolvemos estudar esse tema, por trabalhar no setor financeiro de uma empresa, há bastante tempo, com o objetivo de melhorar os conhecimentos e orientar qual a melhor forma de investimento para a mesma. Por se tratar de um assunto bastante atual, poder ajudar também pessoas que trabalhem, ou se interessam por aplicações financeiras.

1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

1.1 Contexto histórico

Segundo Carvalho et al (2000), os sistemas financeiros são definidos pelos conjuntos de mercados financeiros existentes numa dada economia, pelas instituições financeiras participantes e suas inter-relações e pelas regras de participação e intervenção do poder público nesta atividade.

No Brasil, o sistema financeiro se destaca por apresentar aspectos sofisticados e diferenciados, se compararmos com países de igual ou até superior estágio de desenvolvimento econômico. Embora seja dominado por um pequeno grupo de bancos de grande porte de tipo universal¹, movimenta um mercado de capitais com desenvolvimento satisfatório em ativa operação, no qual constatamos que instituições muito ágeis e competitivas interagem no processo de intermediação financeira.

Esse processo originou-se no período em que o sistema econômico superou o estágio das trocas estabelecidas por meio do escambo e admite a existência de agentes econômicos deficitários e superavitários.

Mediante a efetivação dessa nova realidade da economia, se estabelece uma estreita relação entre o grau de maturidade econômica brasileira e o advento da intermediação financeira, tendo em vista que podemos considerá-las as principais fases da evolução do sistema financeiro, evolução esta que tem seu marco inicial no

1

O banco universal é um tipo de instituição que, em princípio, é autorizada a operar em qualquer segmento do mercado.

fim do período colonial e está dividida em 4 fases distintas: a primeira principia no fim do período colonial, passando pelo Império e os primeiros anos da República; a segunda compreende o período das Guerras e da Grande Depressão; a terceira é marcada pelas reformas institucionais de 1964/1965 e a quarta começa com a reforma e perdura até os dias atuais.

A última fase do processo evolutivo que principiou com o biênio 64/65 teve primordial significado. As reformas se deram com a promulgação de três leis que ocasionaram profundas alterações na estrutura do Sistema Financeiro Nacional (Leis nº 4380/64, 4595/64 e 4728/65). Entre as mudanças mais relevantes contam-se a criação do Banco Central, a introdução da indexação de contratos financeiros, o estímulo ao desenvolvimento de mercados de capitais não apenas de títulos públicos, como também ações de empresas privadas e a criação de fundos institucionais de investimento administrado pelo governo federal.

Os autores Lopes & Rosseti (2005, p. 434), em sua obra Economia Monetária, também definem, em síntese, as principais transformações ocorridas nesse período:

- ◆ Maior diversidade de instituições.
- ◆ Especialização operacional.
- ◆ Forte expansão do número de instituições, em uma primeira fase (1964-74), seguida de redução (1974-85), com objetivos de ganhos de escala nas operações.
- ◆ Ampliação do número de agências por instituição, expandindo-se a capilaridade do sistema como um todo.
- ◆ Ampliação do leque de instrumentos de captação de recursos e de modalidades de aplicação.
- ◆ Maior participação das instituições não bancárias no total dos empréstimos concedidos.
- ◆ Expansão dos haveres financeiros não monetários captados pelo sistema como um todo em relação ao PIB, mas com expansão mais que proporcional das captações pelo sistema não bancário.
- ◆ Crescente alavancagem financeira das empresas e maior tomada de recursos por unidades familiares: expansão dos empréstimos concedidos ao setor privado em relação ao PIB.

O modelo do sistema de intermediação financeira nacional muda novamente a partir de 1988. Os anos de 1990 foram um período de transformações importantes para o setor financeiro brasileiro. Com a autorização de formação de bancos universais, o sistema financeiro passou a ser dominado, como é natural, por esse tipo de bancos. Por outro lado, a persistência e agravamento da alta inflação e dos desequilíbrios dela resultantes levaram o sistema brasileiro a virtualmente especializar-se no financiamento do estado através da absorção de títulos da dívida pública. Estes títulos tinham a vantagens sobre aplicações no setor privado, por renderem elevadas taxas de juros, ao mesmo tempo em que preservavam alto prêmio de liquidez.

Essa situação mudou radicalmente com a estabilização de preços alcançada com o plano real, em 1994, mas a mudança mostrou-se temporária. O fim da inflação fazia antecipar o reequilíbrio das contas públicas e a perda da oportunidade de aplicações em dívida pública. Conseqüentemente, os bancos voltaram-se para novas formas de operação, especialmente aquelas ligadas ao financiamento do consumo privado e da oferta de capital de giro às empresas. Infelizmente, o plano real, ao mesmo tempo em que promoveu a estabilização de preços, aumentou também em grande escala a vulnerabilidade externa da economia brasileira. Para lidar com essa vulnerabilidade, o Banco Central viu-se freqüentemente obrigado, nestes anos, a apelar para drásticas elevações de juros, o que aumenta muito o risco de aplicações junto ao setor privado.

Com isso a reorientação da atividade bancária na direção do suprimento de crédito ao setor privado foi, pelo menos temporariamente, revertida, voltando o setor a priorizar o financiamento do governo. Por outro lado, a eliminação dos ganhos inflacionários, até 1994 uma importante fonte de ganhos para o setor

bancário brasileiro, implicou uma redução importante da renda absorvida pelo setor, tornando os mercados mais estreitos e aumentando assim, a pressão competitiva sobre as instituições bancárias.

Deste modo, pode-se dizer que o processo de ajuste do setor bancário brasileiro ainda prossegue, e continuará por alguns anos provavelmente, já que se trata de adaptar-se a várias novas situações.

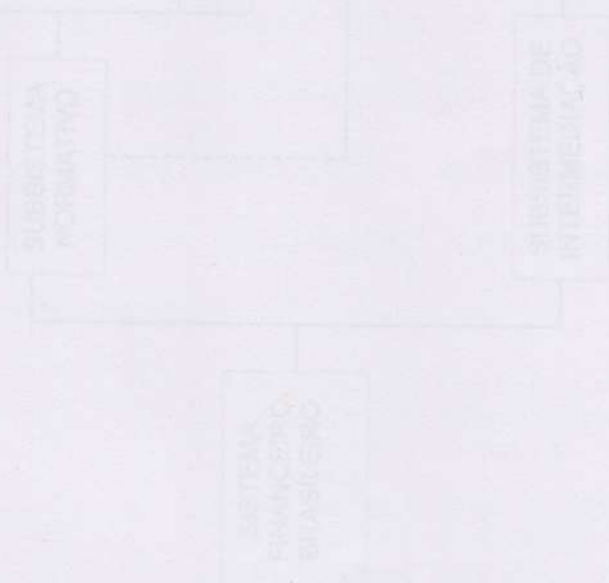
É preciso adaptar-se às novas dimensões do mercado financeiro, muitos menores do que eram no período inflacionário. Além disso, a concorrência no setor tende a aumentar pela crescente penetração de bancos estrangeiros no sistema, a partir de 1996. Em adição a tudo isso, os bancos locais têm ainda de aprender a lidar com as transformações que estão se dando nas relações financeiras no resto mundo, já que em uma economia crescentemente globalizada torna-se impossível ignorar tais tendências.

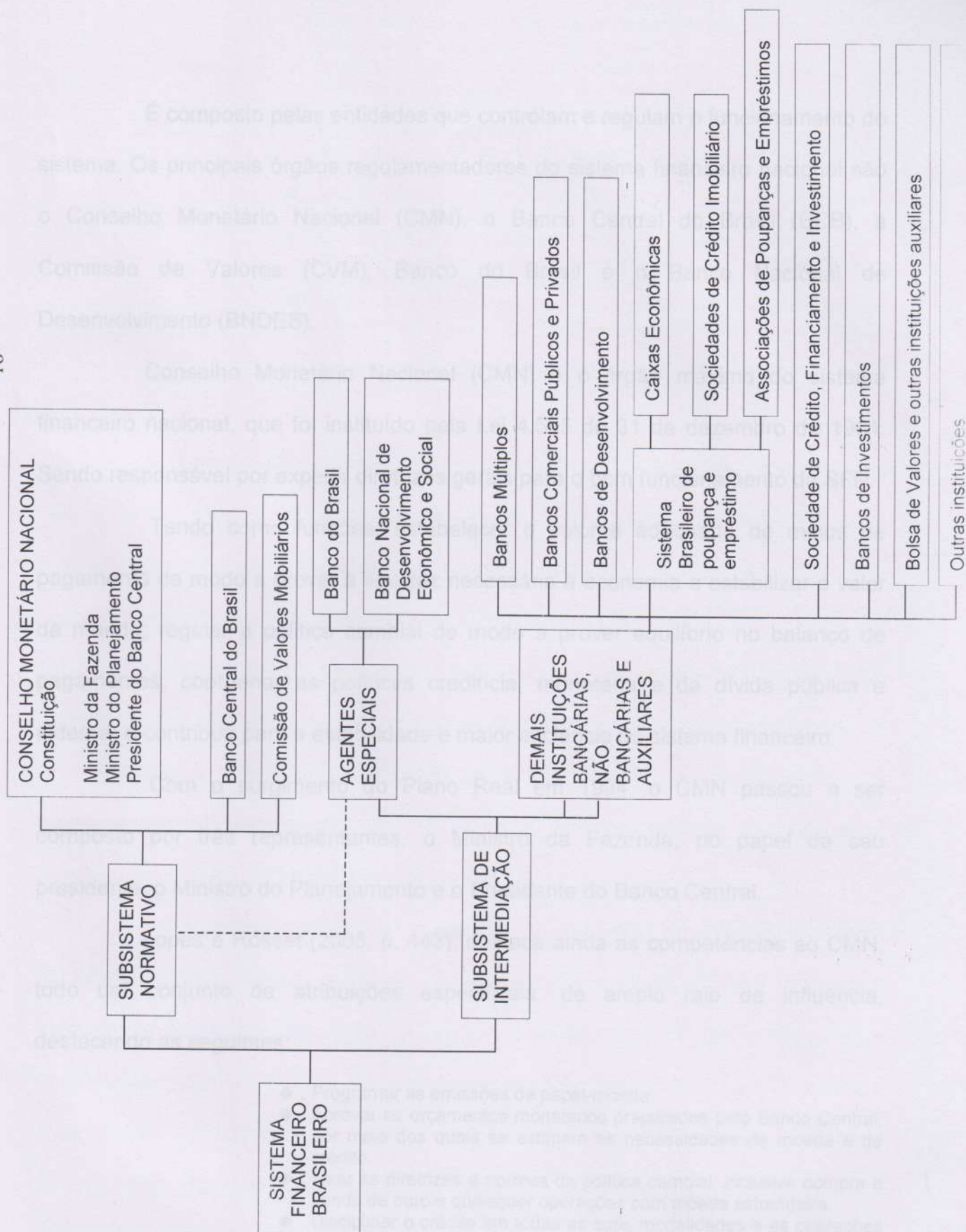
1.2 Estrutura atual do sistema financeiro

O nosso atual sistema financeiro é resultado, em sua essência, das leis promulgadas no período da reforma institucional (1964/1965), quando se efetivou a criação de órgãos como o Banco Central do Brasil, o Conselho Monetário Nacional e ainda as mais diferentes instituições intermediárias. Nesse processo de elaboração do quadro institucional do sistema, destacamos também, oportunamente, a criação da Comissão de Valores Mobiliários, ocorrida em 1976 pela Lei 6385/76.

Para compreendermos melhor o sistema financeiro, decidimos apresentá-lo de forma esquemática, e constatamos diversos modos de apresentação, sendo que todas contêm termos e particularidades em comum. Optamos por apresentar uma abordagem que define a estrutura funcional do sistema em dois subsistemas: o normativo e o de intermediação. Sendo o primeiro composto pelos órgãos responsáveis pela normatização do sistema, como o próprio nome já diz, tem a obrigação de regular, controlar, gerenciar e disciplinar as instituições constituintes do sistema e as transações por estas efetuadas. Esse processo de fiscalização e normatização é imposto por força de circulares, resoluções, instruções e atos declaratórios, meios legais que formalizam e garantem o bom andamento das operações financeiras no Brasil. O segundo subsistema refere-se às instituições de intermediação financeira, bancárias, não bancárias e auxiliares, nas quais podemos incluir os diversos componentes que atuam nos segmentos dos mercados monetário, de capitais, de crédito e cambiais, todos subordinados às regras estabelecidas pelos órgãos máximos do subsistema normativo.

Visando explicar melhor a linha de pensamento abordada, apresentamos um protótipo da estrutura do sistema financeiro brasileiro:





1.2.1 Subsistema normativo

É composto pelas entidades que controlam e regulam o funcionamento do sistema. Os principais órgãos regulamentadores do sistema financeiro nacional são o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco Central do Brasil (BCB), a Comissão de Valores (CVM), Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão máximo do sistema financeiro nacional, que foi instituído pela Lei 4.595 de 31 de dezembro de 1964. Sendo responsável por expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do SFN.

Tendo como funções, estabelecer o volume adequado de meios de pagamento de modo a prover a liquidez necessária à economia e estabilizar o valor da moeda; regular a política cambial de modo a prover equilíbrio no balanço de pagamentos, coordenar as políticas creditícia, monetária e da dívida pública e externa; e contribuir para a estabilidade e maior eficiência do sistema financeiro.

Com o surgimento do Plano Real em 1994, o CMN passou a ser composto por três representantes, o Ministro da Fazenda, no papel de seu presidente, o Ministro do Planejamento e o Presidente do Banco Central.

Lopes e Rosset (2005, p. 443), destaca ainda as competências ao CMN, todo um conjunto de atribuições específicas, de amplo raio de influência, destacando as seguintes:

- ◆ Programar as emissões de papel-moeda.
- ◆ Aprovar os orçamentos monetários preparados pelo Banco Central, por meio dos quais se estimam as necessidades de moeda e de crédito.
- ◆ Fixar as diretrizes e normas da política cambial, inclusive compra e venda de ouro e quaisquer operações com moeda estrangeira.
- ◆ Disciplinar o crédito em todas as suas modalidades e as operações creditícias em todas as suas formas.

- ◆ Definir, sempre que necessário, as taxas de juros, descontos, comissões e qualquer outra forma de remuneração de operações ou serviços bancários ou financeiros, assegurando taxas favorecidas para o financiamento de atividades consideradas de alta relevância para o desenvolvimento econômico interno.
- ◆ Determinar as taxas dos recolhimentos compulsórios das instituições financeiras, seja em espécie, seja sob a forma de subscrição de títulos da dívida pública, podendo adotar percentuais diferenciados em função dos graus de desenvolvimento das diferentes regiões do país, das prioridades atribuídas às aplicações e à natureza das instituições financeiras.
- ◆ Regulamentar as operações de redesconto, fixando limites, prazos e outras condições operacionais.
- ◆ Outorgar ao Banco Central o monopólio das operações de câmbio, quando ocorrer ou na iminência de qual ocorram graves desequilíbrios do balanço de pagamentos.
- ◆ Estabelecer normas a serem observadas pelo Banco Central em suas transações com títulos públicos e de entidades de que participe o Estado.
- ◆ Regular a constituição, o funcionamento e a fiscalização de todas as instituições financeiras que operam no país.

O Banco Central do Brasil (Bacen), é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, foi criado em 1964 pela Lei 4.595, de 31 de dezembro. Com o objetivo de substituir a Superintendência da Moeda e do Crédito – Sumoc e atuar como órgão executivo central do Sistema Financeiro do país.

O Bacen efetua as decisões tomadas no âmbito do CMN, tendo como objetivos: zelar pela adequada liquidez da economia; manter as reservas do país em nível adequado; estimular a formação de poupança em níveis adequados às necessidades de investimento do país e zelar pela estabilidade e promover o aperfeiçoamento do Sistema Financeiro Nacional.

As principais funções do órgão executivo central do sistema financeiro nacional são: formulação, execução e acompanhamento da política monetária; controle das operações de crédito em todas as suas formas; formulação, execução e acompanhamento da política cambial e de relações financeiras com o exterior; organização, disciplinamento e fiscalização do sistema financeiro nacional; ordenamento do mercado financeiro e emissão de papel-moeda e de moeda metálica e execução dos serviços do meio circulante. Por ser um órgão de

regulamentação e fiscalização, o Banco Central exerce essas atribuições sobre todas as instituições financeiras.

De acordo com Lira (1977 apud Lopes e Rosseti, 2005, p. 446):

- ◆ O Banco dos bancos, à medida que recebe, com exclusividade, os depósitos compulsórios dos bancos comerciais, fornece empréstimos de liquidez e redescontos para atender às necessidades imediatas das instituições financeiras e regulamenta o funcionamento dos serviços de compensação de cheques e outros papéis.
- ◆ Superintendente do Sistema Financeiro Nacional, à medida que adapta seu desenvolvimento e os fundos e programas especiais por ele administrados às reais necessidades e transformações verificadas na economia do país, baixando normas, fiscalizando e controlando as atividades das instituições financeiras, concedendo autorização para seu funcionamento e decretando intervenção ou liquidação extrajudicial dessas instituições.
- ◆ Executor da política monetária, à medida que regula a expansão dos meios de pagamento, elaborando o orçamento monetário e utilizando os instrumentos de política monetária.
- ◆ Banco emissor, à medida que detém o monopólio de emissão do papel-moeda e da moeda metálica e executa os serviços de saneamento do meio circulante.
- ◆ Banqueiro do governo, à medida que financia o Tesouro Nacional, mediante a colocação de títulos públicos, administra a dívida pública interna e externa, é depositário e administrador das reservas internacionais do país e executa as operações ligadas a organismos financeiros internacionais.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) foi instituída pela Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, sendo também uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, e considerada o órgão normativo mais recente da intermediação financeira do país. Tendo como objetivo principal dotar o mercado de valores mobiliários com as condições necessárias de segurança para que este se torne um instrumento ágil de mobilização de poupança e capitalização de empresas.

As funções exercidas pela CVM são:

Assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa e de balcão;

Proteger os titulares de valores mobiliários;

Evitar e coibir modalidades de fraude ou manipulação no mercado;

Assegurar o acesso do público a informações sobre valores mobiliários negociados e sobre as companhias que os tenham emitido;

Assegurar a observância de práticas comerciais eqüitativas no mercado de valores mobiliários;

Estimular a formação de poupança e sua aplicação em valores mobiliários;

Promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações e estimular as aplicações permanentes em ações do capital social das companhias abertas.

O Banco do Brasil, até o ano de 1986, exercia uma duplicidade de funções no sistema de intermediação financeira do Brasil, isto porque executava atividades do Banco Central e também atuava como banco comercial.

De acordo com Lopes e Rosseti (2005, p. 452/453), as principais funções do Banco do Brasil são:

- ◆ Receber, a crédito do Tesouro Nacional, as importâncias provenientes da arrecadação de tributos ou rendas federais e ainda o produto das operações de crédito da União.
- ◆ Realizar os pagamentos e suprimentos necessários à execução do orçamento geral da União, vedada a concessão, pelo banco, de créditos de qualquer natureza ao Tesouro Nacional.
- ◆ Conceder aval, fiança e outras garantias consoante expressa autorização legal.
- ◆ Adquirir e financiar estoques de produção exportável.
- ◆ Ser agente pagador e recebedor fora do país.
- ◆ Executar o serviço da dívida pública consolidada.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, criado em 1952, é uma empresa pública que se tem tornado o principal provedor de financiamentos de longo prazo no país.

As atividades realizadas pelo BNDES estão direcionadas para a concretização dos seguintes objetivos: impulsionar o desenvolvimento econômico, buscando ampliar a economia nacional e o crescimento continuado do PIB, estimular

e fortalecer o setor empresarial nacional, diminuir os desequilíbrios regionais incentivando novos pólos de produção assegurando tratamento prioritário às iniciativas localizadas em regiões emergentes. Promover o desenvolvimento integrado das atividades agrícolas, industriais e de serviços, visando ao maior dinamismo econômico, via compatibilização das iniciativas desses segmentos; Dar apoio a diversificação das exportações ampliando os graus da inserção global do país; fortalecer o sistema nacional de bancos de desenvolvimento, promovendo a integração de suas políticas e programas de maneira a caracterizar sob sua liderança, um sistema nacional de intermediação financeira para o fomento das atividades econômicas.

1.2.2 Subsistema de intermediação ou operativo

É composto, pelas instituições financeiras públicas e privadas que operam e fazem o sistema funcionar. Conforme Mellagi Filho, o subsistema operativo ainda é subdividido em quatro segmentos :

- a) instituições bancárias: são as que intermediam recursos e têm como fonte depósitos à vista e a prazo e têm capacidade de criar moeda no conceito M1 (papel-moeda em poder do público mais depósitos à vista em bancos comerciais), destacando-se: Bancos Comerciais, Caixas Econômicas e Cooperativas de Crédito/Bancos Cooperativos;
- b) instituições não bancárias: são as que intermediam recursos, mais não tem capacidade de criar moeda no conceito M1, destacando-se Bancos de Desenvolvimento e Bancos de Investimento;
- c) sistema distribuidor de títulos e valores mobiliários: são as que apenas transacionam títulos e valores mobiliários, além de moeda estrangeira;
- d) agentes especiais: são instituições financeiras que atuam como banco de fomento e têm, em alguns casos, capacidade de criar moeda no conceito M1.

Existem dezoito agentes operativos que podem ser relacionados:

1. Bancos Comerciais
2. Caixas Econômicas
3. Bancos de Desenvolvimento
4. Cooperativas de Crédito
5. Bancos de Investimento
6. Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFI) - Financeiras
7. Sociedades Corretoras
8. Sociedades Distribuidoras
9. Sociedades de Arrendamento Mercantil (leasing)
10. Associações de Poupança e Empréstimo
11. Sociedades de Crédito Imobiliário
12. Fundos Mútuos de Investimento
13. Entidades Fechadas de Previdência Privada
14. Seguradoras
15. Companhias Hipotecárias
16. Agências de Fomento
17. Bancos Múltiplos
18. Bancos Cooperativos

O Manual editado pelo BC, agrupa esses agentes conforme suas funções de crédito para o público:

1. Crédito a curto prazo	1.1 Bancos Comerciais 1.2 Caixas Econômicas 1.3 Bancos Cooperativos/Cooperativas de crédito 1.4 Bancos Múltiplos c/ Carteira Comercial
2. Crédito de Médio e Longo Prazos	2.1 Bancos de Desenvolvimento 2.2 Bancos de Investimento 2.3 Caixas Econômicas 2.4 Bancos Múltiplos c/ Carteira Com. De Invest. E Desenv.
3. Crédito p/ Financiamento de Bens de Consumo Duráveis	3.1 Sociedades de Crédito, Financ. E Invest. (SCFI)-Financeiras 3.2 Caixas Econômicas 3.3 Bancos Múltiplos c/ Carteira de Aceite
4. Sistema Financeiro de Habitação	4.1 Caixa Econômicas 4.2 Associações de Poupança e Empréstimo 4.3 Sociedades de Crédito Imobiliário 4.4 Companhias Hipotecárias 4.5 Bancos Múltiplos c/ Carteira Imobiliária
5. Intermediação no Mercado de Capitais	5.1 Sociedades Corretoras 5.2 Sociedades Distribuidoras 5.3 Bancos de Investimento 5.4 Bancos Múltiplos c/ Carteira de Investimento 5.5 Agentes autônomos de investimento
6. Seguros e Capitalização	6.1 Seguradoras 6.2 Corretoras de Seguros 6.3 Entidades abertas de Previdência Privada 6.4 Entidades Fechadas de Previdência Privada 6.5 Sociedades de Capitalização
7. Arrendamento Mercantil(leasing)	7.1 Sociedade de Arrendamento Mercantil 7.2 Bancos Múltiplos c/ Carteira de Arrendamento Mercantil

pelo Banco Central com o Sistema financeiro.

II – Mercado de Crédito: Esse mercado atende as necessidades de curto e médio prazo, como, por exemplo, financiamento de bens duráveis para os consumidores e capital de giro para as empresas. Neste atuam basicamente os intermediários financeiros bancários.

III – Mercado Cambial: Nesse mercado são realizadas operações de compra e venda de moeda estrangeira (divisa). Essas operações são intermediadas por instituições financeiras bancárias e não bancárias autorizadas pelo Banco Central.

2 MERCADO FINANCEIRO

2.1 Estrutura do mercado financeiro

Conforme Assaf (2003), o mercado financeiro cumpre sua finalidade quando permite eficiente interação entre poupadores e tomadores de recurso, promovendo investimentos e crescimento da economia.

Está subdividido em quatro grandes segmentos de intermediação financeira são eles: mercado monetário, mercado de crédito, mercado de capitais e mercado cambial.

Para Hillbrecht (1999), os quatro grandes segmentos de intermediação financeira, isto é, os tipos de mercado financeiro, define-se da seguinte forma:

I – Mercado Monetário: Nesse mercado são transacionados apenas instrumentos financeiros de curto ou curtíssimo prazo. Nele são financiadas as necessidades imediatas de caixa dos bancos comerciais e mesmo do governo (Tesouro Nacional). Nele ocorrem as operações de mercado aberto, conduzidas pelo Banco Central com o Sistema financeiro.

II – Mercado de Crédito: Esse mercado atende as necessidades de curto e médio prazo, como, por exemplo, financiamento de bens duráveis para os consumidores e capital de giro para as empresas. Nele atuam basicamente os intermediários financeiros bancários.

III – Mercado Cambial: Nesse mercado são realizadas operações de compra e venda de moeda estrangeira (divisas). Essas operações são intermediadas por instituições financeiras bancárias e não bancárias autorizadas pelo Banco Central.

IV – Mercado de Capitais: Nesse mercado são realizadas operações de médio e longo prazo para o financiamento de capital fixo das firmas. Nele operam basicamente intermediários financeiros não bancários e as operações são realizadas na Bolsa de Valores.

Sendo que, o mercado de capitais é o de mais relevância no processo de desenvolvimento econômico, pois é através dele que se efetua a ligação entre os que têm capacidade de investir e os que precisam de empréstimos.

"O mercado de capitais está estruturado de forma a suprir as necessidades de investimentos dos agentes econômicos, por meio de diversas modalidades de financiamento a médio e longo prazo para capital de giro e capital fixo". (ASSAF, p.139)

O mercado de capitais é constituído pelas instituições financeiras não bancárias, instituições componentes do sistema de poupança e empréstimo e diversas instituições auxiliares.

Existem também os financiamentos com prazo indeterminado, como as operações que envolvem a emissão e subscrição de ações.

Para Gtman, a espinha dorsal do mercado de capital é formada pelas várias bolsas de valores que geram um fórum para transações de títulos de dívidas e ações.

O mercado financeiro é dividido no mercado primário e secundário. No mercado primário, segundo Gtman é o único no qual o governo ou empresa emissão estão diretamente envolvido na transação e recebem o benefício direto da emissão, ou seja, a companhia realmente recebe as receitas da venda de títulos e o mercado secundário é quando os títulos começam a ser negociados entre poupadores e investidores.

2.2 Taxas do mercado financeiro

Todos os dias através de jornais, rádio, televisão, internet e relatórios são divulgados indicadores do mercado financeiro, tais como: taxas de juros, taxas de câmbio e indicadores do desempenho do mercado de ações, essas taxas, tem como objetivo estatísticas de ativos e o risco do mercado financeiro, dentre os quais podemos citar: Taxa Linear(proporcional); Taxa Equivalente; Prazos envolvidos nos juros e Taxa efetiva; Taxa por dia útil(taxa over); Taxa de Desconto; Taxa Preferencial de Juros; Taxa Real; Taxa de Inflação e Desvalorização da Moeda.

Assaf (2003, p. 145), define-as assim:

- ◆ Taxa Linear – É uma taxa caracteristicamente de juros simples, formada de modo proporcional e é onde está centrada a maior parte dos juros praticadas no sistema financeiro nacional e internacional, por exemplo, a remuneração real, caderneta de poupança, as taxas internacionais libor e prime rate, o desconto bancário, os juros da tabela prince, as taxas do mercado interfinanceiro. A taxa linear é determinada pela relação simples entre a taxa de juros considerada na operação e o número de vezes em que ocorrem juros;
- ◆ Taxa Equivalente – Está voltada para as operações que referenciam suas taxas em juros compostos;
- ◆ Prazos envolvidos nos juros e taxa efetiva – Existem dois tipos de prazos o que se refere propriamente a taxa de juros e o prazo de capitalização dos juros, assim a taxa efetiva está associada ao tipo de juro utilizado nos períodos de capitalização.
- ◆ Taxa por dia útil(taxa over) – Pode ser definida como uma taxa de juro nominal, com capitalização diária, porém válida somente para dias úteis, ou seja, sua capitalização só ocorre em dia de funcionamento do mercado financeiro;
- ◆ Taxa de desconto – É o percentual a ser aplicado sobre o valor de resgate de uma operação visando ao cálculo do valor do desconto(deságio), ou seja, representa os juros(encargos ou rendimentos) antecipados calculados no momento da realização da operação. São identificadas inúmeras aplicações para a taxa de desconto no mercado financeiro, como nas diversas operações bancárias de curto prazo (desconto de duplicatas, empréstimos bancários, cheques especiais etc), factoring e subscrição de letras do tesouro nacional, entre outras.
- ◆ Taxa preferencial de juros – É representada pela taxa mínima de juros(a mais baixa) que as instituições financeiras cobram de financiamentos (aplicações) concedidos a clientes caracterizados como de primeira linha, ou seja, os de menor risco.
- ◆ Taxa Real – Representa o encargo financeiro, calculado livre dos efeitos inflacionários. A utilização de taxas reais no mercado financeiro permite que se apure quanto se ganhou(ou perdeu)

verdadeiramente, sem a interferência das variações verificadas nos preços.

- ◆ Taxa de Inflação e Desvalorização da Moeda – É o acréscimo percentual médio verificado nos preços de diversos bens e serviços produzidos pela economia.

2.3 O risco do sistema financeiro

Para Mellagi Filho (2003), atualmente o risco tem sido uma preocupação crescente dos que tem sob sua responsabilidade a administração de quantias de recursos de terceiros, onde essa preocupação é cabível, porque a evolução dos meios de transmissão de dados, a liberação de mercados e a baixa regulamentação econômica fizeram com que as incertezas aumentassem nas operações financeiras. Aumentando assim o risco do sistema financeiro ou a necessidade de sua vigilância, tanto por parte das próprias instituições financeiras como dos regulamentadores.

Millagi Filho (2003, p. 208) ainda destaca, dois tipos de risco:

- ◆ Risco não sistemático: risco relacionado ao próprio desempenho do investimento. Também chamado de risco "diversificável", devido à possibilidade de sua diluição em uma carteira e risco "do negócio".
- ◆ Risco sistemático: também chamado de risco "não-diversificável", risco de "mercado" e risco "comum". A princípio, é um risco relacionado às condições macroeconômicas e está fora do controle de um investidor individual, afetando todos os segmentos econômicos.

Existe também os risco da intermediação financeira, que deve ser mais especificada e quantificada.

"Todos os riscos que envolvem a atividade bancária resultam na possibilidade de interrupção dos pagamentos devidos nas datas preestabelecidas, quando não recebidos os juros e parte do principal, quando é o caso. Como toda a instituição corporativa, os bancos estão sujeitos a diversos tipos de riscos, tanto os intrínsecos a suas operações internas, quanto em suas atuações no mercado." (MELLAGI Filho, 2003 p. 208).

Os principais riscos que envolvem os bancos são:

O Risco da Instituição, que subdivide-se em:

1. Risco Operacional: que está associado aos erros que podem ocorrer no funcionamento interno da instituição, e está divididos em três grupos, o risco organizacional, um erro na estratégia, as mudanças organizacionais e os obstáculos ao fluxo de informações; o risco tecnológico, que são a infra-estrutura utilizada pela empresa para seu funcionamento, envolvendo computadores e softwares inadequados para os produtos, processos e processamentos de dados e os risco de pessoas, perdas devido à má qualidade do capital humana empregado ou falha humana.

2. Risco Legal : é o risco que a empresa pode sofrer com relação aos contratos ou pela legislação vigente, envolvendo também as possíveis perdas por um mau entendimento dos tributos existentes.

3. Risco de Crédito: é a possibilidade de o tomador de empréstimo não honrar seus compromissos de pagamento. E subdividido em:

a) Risco país, probabilidade de um país suspender o pagamento da dívida ou restringir a saída de recursos;

b) Risco de Concentração, perda por concentrar os empréstimos em poucos setores da economia ou ceder grande soma para uma única empresa;

c) Risco do Tomador, relacionado com as informações do tomador, como profissão de baixa demanda, rendimentos incertos, garantias de rápida desvalorização, dívidas entre outros;

4. Risco de Inadimplência, cuja definição confunde-se com a própria definição de risco de crédito.

5. Risco de Mercado, é o risco que engloba a mudança no cenário econômico que influencia todas as instituições.

Segundo Mellagi Filho (2003), para as instituições financeiras destacam-se os riscos dos produtos atrelados às variáveis econômicas e do risco de liquidez. Para o primeiro caso, os risco envolvidos na variação da taxa de juros e da taxa de câmbio se não devidamente mensurados podem ocasionar grandes perdas. O risco de liquidez, ou iliquidez, representa a possibilidade de o Banco não conseguir obter recursos em determinado momento para honrar seus compromissos.

As instituições financeiras tem grande importância para um país, pois um descuido no gerenciamento de risco e nos negócios pode gerar transtornos em todo o setor econômico.

2.4 Tipos de aplicações no mercado financeiro

No mundo globalizado em que tudo está em constante mudança, as tendências de mercado podem mudar a qualquer momento, seja no curto ou no longo prazo.

Existem duas formas de investimento, aplicar em ativos de renda fixa, ou renda variável.

2.4.1 Títulos de renda fixa

Os ativos de renda fixa, são títulos que pagam em períodos definidos, uma certa remuneração, que pode ser determinada no momento da aplicação(pré-fixado) ou no momento do resgate(pós-fixado).

Os títulos de renda fixa podem ser públicos ou privados, cujo portfólio é constituído, preferencialmente, por títulos de baixo risco, por exemplos, títulos federais, estaduais e municipais, CDB e outros.

Os principais títulos de renda fixa privados são:

a) Caderneta de Poupança: é aplicação mais conservadora, por ser um investimento de pouco risco, por isso o retorno também é menor, segundo dados do Banco Brasil, o rendimento é de $0,5\% + TR$ ao mês. A TR (Taxa Referencial) é calculada diariamente com base no CDB. Sobre a rentabilidade não é preciso pagar o imposto de renda e a CPMF é devolvida caso a aplicação fique depositada por mais de três meses.

A poupança nas décadas de 70 e 80 e há alguns anos da década de 90, foi a maneira mais atrativa que os brasileiros encontraram de poupar, tanto pelos seus juros altos, como também era um investimento dos mais rentáveis e seguros. Hoje em dia, não é um dos meios melhores de se poupar. A sua rentabilidade perde para os fundos de renda fixa mais atrativa para os investidores mais conservadores.

b) Fundos de investimentos de renda fixa: os fundos de investimentos podem ser de renda fixa ou renda variável e são os mais comuns no mercado. Estão se tornando hoje uma maneira de se investir cada vez mais atrativa e confiável. Os fundos de renda fixa são considerados também fundos conservadores de investimentos, esses fundos são carteiras determinadas pelos bancos os quais tem um "mix" de papéis do governo, as chamadas L. T. N., ou letras do tesouro nacional e ações do mercado financeiro ministradas pelos bancos. Estão divididos em:

* Referenciados: tem como referência um índice, que pode ser o CDI. Dólar, euro, Ibovespa, por exemplo:

* Fundos DI: onde o retorno está atrelado à variação do CDI, esses fundos tem um perfil bastante conservador e são recomendados quanto a taxa de juros está alta (taxa selic)

* Fundos Cambiais: esses fundos são recomendados para pessoas que querem manter o valor do seu patrimônio seus recursos em títulos de renda-fixa indexados ao dólar. Esses fundos são recomendados para quem acredita que o real vai desvalorizar, ou seja, a rentabilidade acompanha se o dólar sobe, a rentabilidade sobre e vice-versa.

* Não Referenciados: os fundos incluídos nesse grupo não precisam seguir o desempenho de um índice específico, e aplicar seus recursos em títulos de renda fixa pré ou pós-fixados. Dentre os fundos não referenciados estão incluídos fixa tradicionais, cujo retorno varia de acordo com a estratégia adotada pelo gestor do fundo.

* Genéricos: em geral são fundos com um perfil de investimento um pouco mais agressivo do que o dos referenciado e não referenciados, pois têm liberdade para decidir como investir seus recursos. Devido o perfil de risco desses fundos, recomenda-se uma análise ainda mais detalhada do estatuto do fundo.

c) Certificados de Depósito Bancário (CDB) – São títulos nominativos pré ou pós-fixado de renda fixa de emissão de bancos comerciais, de desenvolvimento, de investimento, caixa econômicas e múltiplos em que taxa e o prazo são negociados no momento da aplicação. O Certificado de depósito Bancário (CDB) e o Recibo de depósito Bancário (RDB) são os mais tradicionais e utilizados títulos de captação de recursos do setor privado.

O rendimento varia de acordo com o prazo da operação e a taxa negociada. Existe a Pré-fixado que é o rendimento definido no dia da aplicação com

base nas taxas de mercado e o Pós-fixado que é igual a TR ou TBF mais uma parcela de juros. O rendimento é creditado no final do período contratado.

Os prazos de CDB ou RDB são:

20% de TR mínimo de 1 dia, quando remunerados a taxas de mercado prefixadas

30 dias mínimo de 1 dia, quando remunerados a taxas flutuantes como CDI

mínimo de 1 mês, quando utilizada a TR como base para remuneração pós-fixada

242 TR mínimo de 2 meses quando utilizada a TBF como base para remuneração pós-fixada.

A liquidez pode ser no vencimento e no caso de operações alongadas é possível efetuar o resgate a partir de 30 dias, nas condições de mercado.

Os tributos que irão incidir são: Imposto de Renda de 20% sobre o rendimento bruto cobrado nos resgates. O CPMF, no ato da aplicação incide alíquota de 0,38% e o IOF, se o resgate ocorrido antes de 30 dias de aplicação.

prox. 10% d) Debêntures – Título mobiliário que garante ao comprador uma renda fixa, ao contrário das ações cuja renda é variável. O portador de uma debênture é um credor da empresa que a emitiu, ao contrário do acionista, que é um dos proprietários dela. As debêntures tem como garantia todo o patrimônio da empresa. É um investimento atraente pois os juros são altos e nas grandes empresas como os balanços são públicos, ou seja, são divulgados para o conhecimento de todos é fácil saber se a empresa anda bem ou não. As debêntures não dão direito aos lucros ou bens da empresa.

rentabilidade As debêntures podem ter remuneração pré-fixada ou fixada em um índice mais juros. A rentabilidade também pode ser definida pela valorização dos títulos.

Existem também debêntures conversíveis são aquelas que podem ser convertidas em ações, segundo condições estabelecidas previamente.

A tributação é de 20% de imposto de renda sobre os juros pagos mais 20% de imposto de renda, incidência regressiva de IOF no caso de resgate antes de 30 dias, estes impostos são descontados na fonte.

2.4.2 Títulos de renda variável

Os ativos de renda variável, são ativos cujo lucro é determinado pela diferença entre o preço de compra, mais os benefícios (aluguéis, no caso de imóveis, dividendos, no caso das ações), menos o preço de venda. Além de ações, existem outros investimentos de renda variável como o dólar, euro, iene etc. Commodities (soja, boi, açúcar, café etc) e fundos de investimento de renda variável.

a) Fundos de investimentos de renda variável: os ativos que compõem a carteira dos fundos de investimentos podem ser fixa, mistos, cambiais, imóveis, títulos de empresas emergentes, etc. Existe uma ampla variedade de fundos de investimentos. O valor mínimo de aplicação ou resgate varia muito de fundo para fundo e a tributação é semelhante aos fundos de renda fixa, ou seja, taxa de administração e imposto de renda sobre os ganhos.

b) Investimentos Imobiliários – aquisição de bens imóveis como casas, terrenos, etc. Dependendo das características do imóvel a rentabilidade fica entre 0,80% e 1,20% ao mês, sem descontar impostos. A aplicação em imóveis é para aplicações a médio e longo prazo.

c) Dólar – o investimento em dólar é indicado em período de grande instabilidade econômica e inflação elevada. Ao se investir em dólar deve lembrar que existe a diferença entre o preço de compra e o de venda, o chamado “spread”. Assim, o investimento nesta moeda só valerá a pena se ela subir tanto que compense essa diferença e ainda garanta um bom retorno comparado com os outros investimentos.

d) Ouro – o preço do ouro no Brasil é fixado em função da variação do dólar e da variação do preço do metal no mercado interno. É preciso tomar cuidado ao investir nesse mercado, já que a cotação do dólar será decisiva no rendimento da aplicação e em momentos de variação excessiva e incertezas, pode haver dificuldades na hora da negociação. Por ser considerada uma aplicação segura, em períodos de crise os investidores buscam a proteção comprando o metal e assim como ele sobe, pode cair rapidamente, caso diminuam as incertezas do mercado. A vantagem do ouro é que ainda serve de reserva de valor porque em épocas de crise econômica o metal costuma valorizar-se, outro atrativo é que ele é aceito em todo o mundo. O valor do metal no Brasil acompanha a variação do preço internacional e a cotação do dólar aqui.

e) Ações: são títulos negociáveis de renda variável que representam a menor parcela do capital de uma empresa. Quando uma empresa precisa de dinheiro para financiar suas compras, ampliar suas instalações, ampliar os negócios, para não pegar esse dinheiro com os bancos que os juros são altos, as empresas emitem ações para levantar o dinheiro sem o pagamento dos juros. Essa é uma forma das empresas conseguirem dinheiro com baixo custo. As ações podem ser Ordinárias Normativas ou ON, que tem direito a voto e Preferenciais Nominativas ou PN, que têm preferência na distribuição de dividendos e possuem mais liquidez.

Existem três razões para se comprar ações de uma empresa: renda, investimento ou especulação:

* Renda: aplicando em ações, a empresa pode obter renda mensal, semestral ou anual quando compra ações de companhias que pagam bons dividendos² dependendo da cotação de suas ações.

* Investimento: quando uma empresa está em crescimento, ela apresenta lucros maiores a cada ano. Então como estão em crescimento certas empresas reinvestem parte dos lucros e não distribuem os dividendos aos acionistas, ou seja, elas reincorporam os lucros ao patrimônio. Assim com o patrimônio maior, o valor das ações sobe e o acionista também ganha, pois suas ações se valorizaram.

* Especulação: significa comprar e vender ações para ganhar com a diferença no preço. Normalmente são operações de curto prazo, isto é, uma determinada ação que você compra hoje está um preço e amanhã ou depois, se ela subir você vende, especular pode trazer ganhos e perdas, pois da mesma forma que os preços podem subir e eles podem cair e o investimento desvalorizar. A especulação não é a forma mais segura de se investir em ações, pois existem os riscos. O risco de Mercado onde, o valor da ação, ou seja, o seu preço de compra e venda sofre mudanças resultantes da economia no mundo e o risco do papel que varia em função do desempenho da empresa quando a empresa tem problemas ou dívidas crescentes obterá maus resultados, o interesse pela compra das ações diminui e o valor das ações cai. Muitos outros fatores influenciam no preço das ações, como por exemplo a política de distribuição de dividendos e de divulgar informação, por isso é importante a análise detalhada antes de iniciar um investimento.

² Dividendo é a parte do lucro da companhia que é paga em dinheiro e é proporcional à quantidade de ações possuídas pelo acionista, ou seja, quanto mais ações a empresa possui, maior o dividendo que a empresa receberá

2.5A criação da conta investimento

A partir de 2005, o investidor terá que tomar mais cuidado na escolha de suas aplicações financeiras. Isso porque criou-se a Conta de Investimentos; as mudanças na regulamentação dos fundos de investimentos estabelecidos pelas instruções 409 e 411 da CVM; e as alterações na forma de tributação sobre todas as aplicações financeiras.

Essas inovações permitem que o investidor aplique seus recursos disponíveis para a poupança dentro de uma nova e vantajosa ótica de investimentos, orientada pela maior transparência e responsabilidade exigida de seus administradores e gestores, pela procura da rentabilidade nas vantagens fiscais e na flexibilização das aplicações, e estimulada pela maior rentabilidade efetiva oferecida pela vantagem tributária no alongamento dos prazos das aplicações.

A criação da conta investimento viabilizou a total flexibilidade de escolha e movimentação entre as aplicações financeiras por parte dos investidores; o aumento da competição entre os gestores de investimento em benefício dos investidores; o aumento da liquidez dos títulos e em especial dos CDB; e o aumento de rentabilidade das aplicações em função da zeragem do custo fiscal da cobrança da CPMF nas aplicações.

A publicação das instruções 409 e 411 da CVM, que teve como principal objetivo o aperfeiçoamento e a unificação da regulamentação dos fundos de investimento em renda fixa e em renda variável, e dessa forma a garantia de maior

transparência, segurança e facilidade nas aplicações dos investidores e de maiores responsabilidades na administração e gestão das carteiras.

A mudança de periodicidade do imposto de renda mensal sobre os ganhos de capital não resgatados (o come contas mensal), para a periodicidade semestral, nos meses de maio e novembro (o come contas semestral), dos fundos de investimentos de renda fixa, propiciando o aumento recorrente da rentabilidade dos recursos que permanecem aplicados nesses fundos. Esse aumento ainda foi reforçado pela redução em cinco pontos percentuais da alíquota do novo come contas semestral, no caso das aplicações nos fundos de investimentos de renda fixa caracterizados como sendo de longo prazo, ou seja, de 20% para 15%.

A redução de 20% para 15% do imposto de renda mensal sobre os ganhos de capital, no resgate de cotas dos fundos de investimentos em ações e nas operações no mercado de ações que não se caracterizem como de renda fixa ou como day trade. Tal alteração permite o aumento da rentabilidade das aplicações em ações ou em fundos de investimento em ações, no momento da venda dos títulos ou do resgate das cotas.

A regulamentação das aplicações em outros fundos de investimentos, tais como os fundos de investimento em direitos creditórios e os fundos de investimento em participações, além da regulamentação e de facilidades tributárias para os investimentos.

As mudanças tributárias das aplicações financeiras em renda fixa, tendo como objetivo criar estímulos ao investidor para o alongamento do prazo das suas aplicações, pelo aumento da rentabilidade em função do prazo da aplicação e dessa forma, aumentar e fortalecer a consciência do investidor na poupança de longo

prazo, como uma das premissas básicas para o alongamento das alternativas do investimento de longo prazo em nossa economia.

3 INVESTIMENTOS E INVESTIDORES

O mercado apresenta uma variedade de investimentos para diferentes perfis, objetivos, prazos e tolerância a riscos. Para decidir qual a melhor forma de investir deve-se levar em consideração as incertezas que periodicamente cercam o cenário político e econômico, além da volatilidade permanente das taxas de juros e de câmbios, independente se o investimento será em renda fixa ou variável.

É necessário, determinar por quanto tempo será o investimento, curto, médio ou longo prazo, qual o objetivo específico do investimento para empresa e qual o risco que está disposto a correr no prazo do investimento para atingir o retorno esperado.

A estratégia de investimentos é o plano para diversificar de forma eficiente os seus investimentos e, assim, atingir as metas de forma planejada.

A diversificação dos investimentos é o seguro em relação ao futuro, pois não se sabe qual aplicação daria o maior retorno por um determinado período.

É necessário antes de entrar no mercado financeiro definir qual o perfil da empresa, pois existem as aplicações conservadora, moderada e agressivo.

A empresa com o perfil conservador tem a segurança como ponto decisivo para as suas aplicações. E pode usar as seguintes estratégias para investir:

a) Investir uma pequena parte dos recursos em renda variável. Mantendo um alto percentual em Renda Fixa, a empresa não perde o foco da estratégia.

b) A empresa também pode optar por colocar 100% dos investimentos em Renda Fixa, este tipo de estratégia também pode ser usada para investimentos de curto prazo, nos quais a empresa não arrisca o patrimônio.

O perfil moderador, é aquele que prefere a segurança da renda fixa, mas também quer participar da rentabilidade da renda variável. Para esse investidor a segurança é importante, mas também quer retornos acima da média. Um risco médio é aceitável. Pode utilizar a seguinte estratégia:

a) Aplicar a maior parte dos recursos em fundos de investimentos com risco mínimo ou moderado, como fundos de renda fixa e fundos balanceados.

b) Diversificar os investimentos aplicando uma parcela em fundos de renda variável.

E a empresa com perfil agressivo ou dinâmico, é aquele investidor que busca a boa rentabilidade que a renda variável pode oferecer no médio e longo prazo, e que tem disposição para suportar os riscos na busca de resultados melhores. A principal estratégia a seguir:

a) Mesmo as estratégias mais agressivas apresentam uma boa fatia de investimentos em renda fixa para proteção do patrimônio;

b) Se investir 100% dos recursos em renda variável, podem ocorrer grandes perdas em seus investimentos.

O perfil do investidor e a estratégia adotada pelas empresas podem mudar com o tempo e com as necessidades da mesma.

Existem os princípios básicos para se utilizar no planejamento financeiro. (Fonte Banco do Brasil), descritos abaixo:

. Determinar os objetivos – os objetivos devem ser bem definidos, para traçar as metas em que a empresa quer chegar;

. Definir prazos para os objetivos – os objetivos são de curto, médio e longo prazo. Precisa-se descobrir qual é o custo aproximado de cada um e quanto tempo a empresa está disposta a investir;

. Identificar a tolerância aos riscos – é de fundamental importância avaliar o grau de risco, ou seja, o grau de incerteza da rentabilidade esperada ou possibilidade de perda, qual o risco que a empresa pretende correr para obter um rendimento maior.

. Descobrir o perfil da empresa, que tipo de investidor.

. Escolher um investimento sob medida para o perfil da empresa, o mercado apresenta uma variedade de investimentos para diferentes perfis, objetivos, prazos e tolerância a riscos, é necessário escolher a modalidade mais adequada da empresa.

. Procurar diversificar as aplicações – a diversificação é a melhor estratégia de investimento, ou seja, criar um portfólio, pois quanto maior a parcela da aplicação destinadas as ações, maior o potencial para aumentar a rentabilidade no longo prazo, porém mais riscos a empresa estará correndo, a diversificação suporta perdas em algumas aplicações, porque poderá estar ganhando em outras aplicações;

. Acompanhar o desempenho do investimento – o retorno ou rentabilidade de investimento é o resultado que tem uma determinada aplicação. É de suma importância acompanhar a carteira de investimento e caso os ganhos não estejam sendo suficientes para os objetivos da empresa, é preciso rever a estratégia;

. Investir sempre – o importante não é guardar muito, mais guardar sempre;

Reveja o plano financeiro da empresa -- o plano financeiro deve ser adaptado as circunstâncias que irão surgindo.

Sem dúvida, diante das diferentes alternativas de investimento, devemos diversificar as aplicações, quem diversifica pode ou não ganhar menos, mas com certeza arrisca menos.

Com base nesse princípio, podemos destacar a importância da convivência da empresa com o mercado financeiro, fundamentando a formação de uma estrutura de capital adequada a suas necessidades de investimento e crescimento.

Diante dos resultados deste estudo que teve como objetivos, apresentar o funcionamento do Mercado Financeiro, desde os conceitos até sua diversificação, concluiu-se que diante da globalização o mercado de capitais está bastante diversificado e que existe diferentes alternativas de investimento. O início de qualquer solução, é o da seleção de quem conecta o mercado de ativos financeiros e nos orienta na decisão da escolha de uma ou mais dessas alternativas. A incerteza em relação ao futuro continua, pois ele nunca deixará de existir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

CARVALHO, O. O atual mercado financeiro, complexo e exigente, condiciona as aplicações financeiras a serem praticadas em contextos sujeitos às leis e regulamentações de caráter legal. Com base nesse princípio, podemos destacar a importância da convivência da empresa com o mercado financeiro, fundamentando a formação de uma estrutura de capital adequada a suas necessidades de investimento e crescimento. *Finanças corporativas e valor*. São Paulo: Atlas, 2003.

Diante dos resultados deste estudo que teve como objetivos, apresentar o funcionamento do Mercado Financeiro, desde os conceitos até sua diversificação, conclui-se que diante da globalização o mercado de capitais está bastante diversificado e que existe diferentes alternativas de investimento. O início de sua solução, é o da seleção de quem conheça o mercado de ativos financeiros e nos oriente na decisão da escolha de uma ou mais dessas alternativas. A incerteza em relação ao futuro continua, pois ela nunca deixará de existir. *Moneda monetária*, 9 ed.

Rev. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2005.

INFORMAÇÕES sobre fundos de investimentos. Disponível em: <http://www.fund.com.br>. Acesso em: 10 de outubro de 2005.

INFORMAÇÕES sobre Mercado Financeiro em: <http://www.bcb.gov.br/inf/contabilizacao/leto.asp>. Acesso em: 24 de outubro de 2005.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Fernando Cardim de *et al.* **Economia monetária e financeira: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campos, 2000.

HILLBRECHT, Ronald. **Economia monetária**. São Paulo: Atlas, 1999.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. São Paulo: Atlas, 2003.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de capitais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MELLAGI FILHO, Armando; ISHIKAWA, Sérgio. **Mercado financeiro e de capitais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. **Economia monetária**. 9 ed. Rev. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2005

INFORMAÇÕES sobre fundos de investimentos. Disponível em:
<<http://www.bb.com.br>>. Acesso em: 10 de outubro de 2005.

INFORMAÇÕES sobre Mercado Financeiro em:
<<http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/efpp.asp>>. Acesso em: 24 de outubro de 2005.